

## HISTÓRIA: COMO PERCEBÊ-LA PARA COMPREENDERMOS O OUTRO?

Alexandre Cursino de Oliveira  
Aluno de Graduação em História  
Universidade de Brasília

E-mail: [alexandrehistoriaunb@gmail.com](mailto:alexandrehistoriaunb@gmail.com)

**Resenha da obra:** GOODY, Jack. *O Roubo da História*. 1.ed., 2ª reimpressão. Tradução de Luiz Sérgio Duarte da Silva. São Paulo: Contexto, 2008.

Nos últimos tempos, temos assistido à emergência econômica da China e da Índia no cenário mundial. Mais recentemente, temos observado a concentração de conflitos e “revoluções” no mundo islâmico. Quando, nesse contexto, procuramos compreender fenômenos e culturas que aos nossos olhos ocidentais parecem estranhos, não costumamos questionar se essa “estranheza” teria sido construída para que passássemos a nos ver como “únicos” em termos de civilização, ciência e cultura. Não paramos para pensar em até que ponto nos esquecemos de que a nossa jornada – a jornada da humanidade – teve atores com várias faces, desde que surgimos há aproximadamente 200.000 anos atrás.

China, Índia e Oriente Médio são regiões sobre os quais os ocidentais formulam concepções que abundam em desconhecimento, desprezo e preconceito. A obra de John (Jack) Rankine Goody (1919) ajuda-nos a refletir sobre a maneira como se deu a construção de uma identidade ocidental pela via do ocultamento dos processos de apropriação cultural de “valores” e das “invenções”. Para ele, o encobrimento do intenso intercâmbio entre ocidente e “oriente” configura um “roubo de história”.

O autor, antropólogo de formação e historiador por opção, é professor da Universidade de Cambridge e membro da Academia britânica. Suas obras já traduzidas para a língua portuguesa incluem *Lógica da escrita e organização da sociedade; O Oriente no Ocidente; e As conseqüências do letramento*. Além dessas, podemos citar, entre outras: *Cooking, cuisine and class: a study in comparative sociology; The culture of flowers; Islam in Europe; e Capitalism and modernity: the great debate*. Jack Goody é pioneiro nos estudos antropológicos sobre letramento e tem como recentes objetos de estudos a cultura das flores e da cozinha. Sua vasta obra iniciou-se em 1956 com *The social organisation of the LoWili*. Esteve no Brasil em 1984 para aulas na Universidade do Recife.

*O Roubo da História*, publicado originalmente pela Universidade de Cambridge em 2006, é dividido em três partes (Genealogia Sociocultural; Três Perspectivas Acadêmicas e Três Instituições e Valores), que abordam as apropriações europeias, inclusive na área acadêmica, de idéias e invenções de outras partes do mundo. Ao longo da obra, a história é vista a partir da base e não de cima para baixo. É interessante notar que esse “olhar” não só assume contornos antropológicos como se poderia esperar em razão da formação profissional do autor - mas também inclui uma direção sociológica e geográfica, permitindo “enxergar” o mundo na pluralidade de suas possibilidades multiculturais. Ele evita também a perspectiva enviesada, já criticada também por Eric Hobsbawm,<sup>1</sup> que transparece na atitude de cidadãos de muitos países europeus para com seus vizinhos de alguma fronteira, quando classificam russos como asiáticos e até mesmo espanhóis ou habitantes do sul da Itália como mais pertencentes à África.

Na primeira parte do livro, Goody realiza reflexões sobre aspectos historiográficos tais como o tempo, o espaço e a periodização, que serão pontos importantes para o desenvolvimento dos seus comentários ao longo do livro. Eles são basilares em sua crítica aos historiadores que adotam um ponto de vista eurocêntrico, por negligenciarem as contribuições de outras partes do mundo para o desenvolvimento das culturas e sociedades europeias, bem como por descartarem metodologias comparativas para o seu estudo.

Para o autor, o tempo, que teve um paralelismo na utilização de cálculos em sociedades com escrita e uma estrutura religiosa e é tão internalizada no homem contemporâneo em exemplos eurocristãos, tal como o Natal, foi construído de forma a que esquecêssemos o convencionalismo das categorias criadas pela própria humanidade. Na busca de compreender a realidade ou, no caso europeu, de impor uma concepção histórica para um domínio cultural e político, acabamos por vezes nos afastando de uma lealdade científica e uma flexibilidade intelectual. A discussão sobre linearidade e circularidade do tempo, também observada em autores como Momigliano,<sup>2</sup> contribui para uma concepção menos dicotômica da apropriação do seu conceito como premissa epistemológica e no seu trato pelos historiadores.

---

<sup>1</sup> HOBBSAWM, Eric. “*A curiosa história da Europa*”, in: Eric Hobsbawm. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 238.

<sup>2</sup> MOMIGLIANO, Arnaldo. “*El tiempo em la Historiografía Antigua*” in “*Ensayos de Historiografía Antigua y Moderna*”. Fondo de Cultura Económica: Cidade do México, 1997, pg. 171-174.

Inserindo uma interessante análise sobre a concepção de espaço, por vezes minimizada na relação homem-tempo pela história, Goody retorna à Eurásia, um contínuo geográfico, como ele próprio ressalta, para demonstrar os exemplos das apropriações realizadas após o período de colonização europeia das outras partes do globo. Dentro desse aspecto, a projeção de Mercator, apresentada no século XVI pelos europeus, incute uma percepção espacial de que a Suécia seria equivalente à Índia e se torna subliminar para a formação de uma “visão do mundo” centrada nas terras, cujo mito fundador foi Europa, a princesa fenícia raptada por Zeus.<sup>1</sup>

Na categorização mais criticada por Goody, no que tange ao questionamento sobre os “objetos” para a construção do conhecimento histórico na Europa, a periodização é considerada pelo autor como muito significativa para a confusão gerada na imposição pelo ocidente de uma sequência histórica única, como se a *heart land* para toda a civilização humana tivesse como lugar de memória as terras de Heródoto e Carlos Matel. A história periodizada em Antiguidade e Feudalismo se impõe a outras abordagens, como por exemplo, Ouro, Prata, Bronze e Ferro.

No ponto de partida para uma periodização sob a égide do velho mundo, a antiguidade é apontada pelo autor como a “invenção” de um período helicêntrico em que a historiografia ocidental moderna construiu argumentos para justificar as “excepcionalidades” ocorridas com a “hegemonia” europeia perante as demais civilizações “desprezíveis”. A gênese do “roubo” está na diferenciação imposta nas noções de antiguidade e sociedade arcaica em um significado que contrapõe os evoluídos clássicos e os primitivos orientais ou povos de culturas orais. Como “esquecer” a contribuição dos sumérios, mesopotâmicos, egípcios, cartagineses e fenícios, no que é apresentado como singularmente grego, para a escrita, a economia, a política, a democracia, a liberdade e o comércio? As posições teleológicas de Moses Finley e Robin Osborne sobre conhecimentos “fundadores”, que teriam bebido unicamente na “fonte” helênica, são contrapostas pelos aspectos de persistência e descontinuidade nas abordagens que consideram a idade de bronze e o surgimento das cidades, evitando a negligência de fontes importantes ou conclusões precipitadas.

Seguindo o recorte de tempo ocidental, o feudalismo é apontado por Goody como uma concepção que a historiografia europeia teleologicamente constrói para periodizar,

---

<sup>1</sup> PASSERINI, Luisa. *Il mito d'Europa: radici antiche per nuovi simbole*. Giunti Gruppo Editoriale: Florença, 2006, pg. ii.

com base na unicidade de eventos “progressistas”, a época que intermediaria a antiguidade e o capitalismo. O autor demonstra que o declínio do Império Romano do Ocidente contrastou com a continuidade experimentada em Bizâncio. Constantinopla prosseguiu seu desenvolvimento como um grande centro de trocas comerciais e culturais de produtos e idéias vindas da Índia e da China. As grandes cidades do oriente mantiveram suas vidas política, urbana, artística e intelectual em níveis centralizados e elevados e a agricultura que as apoiava, utilizando a irrigação como técnica produtiva principal, possibilitou que elas expandissem seus “mercados”, em seus vários sentidos e por muitas direções. Diferentemente de Karl Marx, Fernand Braudel e Perry Anderson, Goody inverte a lógica de quem teria sido “excepcional”, em um sentido negativo. Ele apresenta uma perspectiva de longa duração mais abrangente para a estrutura mediterrânea, que como todos sabemos não é composta só de sua parte européia, assim como para algumas origens da sua infra-estrutura material, comercial ou militar, que alguns negligenciam quanto ao seu referencial sino, tais como o estribo, a espora, a ferradura e o moinho d’água. A medicina de Avicenas e a *mercatantia* dos Rufolos de Ravello em Amalfi não poderiam ser descartadas pelo caráter distinto da experiência carolíngia, que tampouco poderia ser considerada como padrão para avaliação da experiência feudal japonesa ou isolada dos seus aspectos de complementaridade, principalmente nos campos do conhecimento e da economia para e com os mundos islâmico e oriental.

Em uma síntese sobre a excepcionalidade criada nessa genealogia sociocultural, que até hoje observamos sublinaramente presente nas recentes discussões sobre admissão de novos países na União Européia, o autor encerra a primeira parte do livro comentando sobre a Turquia. Interpretando-a como o similar moderno do que foi a Pérsia para a historiografia antiga de base helicentrista e maniqueísta, o autor identifica uma categorização teleológica de vieses superficiais, ideológicos, abstratos e contrastantes ao invés de práticos, complementares, semelhantes e paralelos. O “outro” oriental é o tradicional, o estático, o marginal ou o anormal, não possuindo o que Darnton<sup>1</sup> citou como um fato: o “estado de espírito” europeu. Goody demonstra que, no outro lado da Eurásia, um arcabouço tecnológico permitia a adaptabilidade às inovações no campo militar, tal como a utilização de tropas regulares e o fabrico da pólvora e

---

<sup>1</sup> DARNTON, Robert. “A unidade da Europa: cultura e civilidade” em “Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII”. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, pg. 91.

canhões, esses dois de origem chinesa. Havia um “controle”, já anteriormente observado em Roma e Bizâncio, e uma “proteção” governamental para “direitos” sobre a propriedade, ainda que com tensões com o setor religioso, também observadas na Europa. Existia uma posição determinante e de liderança nas atividades fabris e mercantis do segmento têxtil, como no caso da seda, e das especiarias (pimenta, açúcar, etc.), cujos empreendimentos “burgueses” de técnica “capitalista”, posteriormente teorizado por europeus como Marx, tiveram uma participação fundamental no trato com Veneza e na abertura dos intercâmbios dos tempos carolíngios. Tal situação só foi sobreposta com a consolidação dos ingleses e holandeses no Índico e o surgimento da economia atlântica com os portugueses e espanhóis. Portanto, o que haveria de essencialmente estático ou despótico na visão sobre otomanos, que não precisaram de uma guinada cultural capitaneada pela Academia pós-renascentista européia?

Na segunda parte do livro, Goody, utilizando as reflexões realizadas anteriormente, dialoga criticamente com os renomados autores Joseph Needham, Norbert Elias e Fernand Braudel sobre as abordagens acadêmicas que, explicita ou implicitamente, atribuem uma “superioridade européia após a renascença”<sup>1</sup> e distorcem a história em um contexto mundial, legitimando a expansão imperial européia de quatro séculos em uma gênese temporal que remonta à antiguidade clássica ou ao feudalismo.

Em relação à obra de Needham, Goody inicia seus comentários com uma simples analogia, na qual afirma que em qualquer “cultura que tenha escrita, a possibilidade de voltar para fases anteriores da história e de ter um renascimento está presente”<sup>2</sup>. Desse modo, não haveria um caráter singular em si no renascimento europeu e tampouco no desenvolvimento capitalista pós-reforma, seguindo o conceito weberiano de uma “ética” protestante particular. A dinâmica observada nos povos católicos e nas italianas Gênova e Veneza, em suas trocas cognitivas e comerciais com o Oriente, foram importantíssimas para a construção do capitalismo. Needham, segundo o autor, também tem uma leitura teleológica para justificar suas posições ideológicas para as “vantagens” do ocidente na relação ao oriente em direção à “ciência moderna”. Seu trabalho sobre ciência na China é memorável, mas não se desprende das “amarras” de pesquisas e conclusões eurocêntricas e de uma temporalidade oriental imóvel, gera certa contradição em si mesmo e não considera a mescla de comércio e agricultura para a vida política, social,

---

<sup>1</sup> Obra comentada, pg 145.

<sup>2</sup> *Ibidem*, pg 150.

econômica e jurídica chinesa. Quanto ao seu “problema” sobre a razão para a origem do conhecimento científico em terras européias, Goody ressalta que a questão a ser levantada seria se haveria uma “superioridade”, visto que ela, a ciência, já existia “há muito tempo e em outras partes” além da Europa renascentista, e que uma concepção de uma grade, diferente de pólos, em minha opinião mais relacionada a pontos, que por sua vez embutem um aspecto estático e a-histórico, seria mais apropriada para evitar distinções categóricas, e com isso, também em minha opinião, promover a visualização de traços, que nos remeteria a uma compreensão mais dinâmica e de longo prazo para o que atualmente observamos no concerto contemporâneo das nações.

Sobre Elias, seu “processo” civilizador é mais um exemplo de uma teoria que teleologicamente interpreta as “vantagens” européias para alcançar os estágios de “desenvolvimento” pós-medieval. Goody utiliza o conhecimento sobre as culturas orientais para identificar nesse sociólogo uma abordagem limitada e apontar o primeiro tipo de roubo efetuado pelos eruditos europeus contemporâneos: o roubo do conceito de civilização. Esse roubo, no sentido de uma apropriação, é decorrente de uma teoria que vê o surgimento de padrões sociais e psicológicos que teriam sido únicos no ambiente da Europa e posteriormente internalizados na transformação da vergonha em culpa até o absolutismo, distinguindo a sua sociedade das primitivas, bárbaras ou despóticas, e é baseada em uma “comprovação” material de um progresso psicológico. Entretanto, Elias emprega um modelo historicamente curto, que descarta a antiguidade; excludente, que desconsidera a similaridade com ocorrências em outras culturas; e seletivo, que esquece o que acabou ocorrendo nas Grandes Guerras do continente no século XX, sem falar do banho e asseio corporal entre os séculos XV e XVII. Goody critica a metodologia de trabalho de campo e a sociologia não comparada e eurocêntrica de Elias, em uma noção vulgar de processo civilizador, e é taxativo: a falha de Elias foi desconsiderar que o “outro” representa o desvio das normas de comportamento civilizado. Civilizado no sentido de obedecer a regulamentos sociais que são frequentemente internalizados a ponto de parecerem autocompreensivos.

Por sua vez, Braudel, segundo Goody, contribui para outro roubo: o do “capitalismo” (aspas do próprio autor). Assim como Needham, Braudel não escapa das “armadilhas” de privilegiar o ocidente no contexto de uma história mundial, que seria marcada por diferenças históricas ou políticas, em termos teóricos, mas não analíticas, do ponto de vista econômico, social ou religioso, isso em uma moldura temporal de

cunho cultural que remontaria a antes do século XIX. A admiração pelo trabalho do renomado historiador francês, segundo o autor mais sutil no seu eurocentrismo do que Weber e Marx, é acompanhada de um posicionamento crítico ao “progresso material” identificado na superioridade européia em assuntos domésticos e no caráter mais dinâmico, porém mais recente e menos tradicional, da moda na Europa, aqui contradizendo sua idéia de longa duração na diferenciação entre culturas. Tudo isso sem uma possibilidade de desenvolvimento e de melhor “preparo” para uma mudança fora do um teatro europeu. Goddy perspicazmente olha essas mudanças de “longa duração” mais como “conjunturais” do que “civilizacionais”, assim como de ritmos diferenciados por toda a Eurásia, evitando uma projeção para trás só de diferenças, que esqueça as convergências, interações e paralelismos ou imprima conclusões teleológicas para um capitalismo de origem feudal. O autor afirma que o Ocidente se apropriou das noções de mudança e adaptabilidade, como quando Braudel “rotula” o Oriente de estático, voltado para si e menos sofisticado em assuntos financeiros. O cerne do raciocínio braudeliano, as cidades e seu desenvolvimento, seria emblemático na periodização que relega o aspecto mundial de um caminhar desde a Idade do Bronze e realça o “diferencial” de “originalidade” na “liberdade” cidadina européia para a “invenção” do “verdadeiro” capitalismo em relação às “enormes, parasitárias, frágeis e luxuosas” cidades não localizadas na parte setentrional do *Mare Nostrum*.

No terço final do livro, Goody aborda sobre os outros “roubos” ocidentais nos papéis de criadores ou fiéis depositários de instituições ou valores, tais como as cidades, as universidades, o humanismo, a democracia, o individualismo e o amor.

As cidades e as universidades são construídas historicamente, segundo Goody, ilustrando “o esforço acadêmico europeu para manter uma posição eurocêntrica mesmo diante de evidências que exigem interpretação diferente”<sup>1</sup>. Nessa construção é maximizada uma gênese medieval européia para a justificativa de sua importância em acontecimentos posteriores, tais como o capitalismo, a secularização e a modernidade, ou minimizada, como faz Anderson, na extensão do colapso urbano no Império Romano do Ocidente. A paradigmática “liberdade” das cidades européias teria permitido uma especial atmosfera que as colocaria como vanguardistas na economia e educação superior do mundo, mesmo antes do século XIX. Para o autor há a formulação de questionamentos predeterminados com uma finalidade excludente ou sem uma

---

<sup>1</sup> Ibidem, pg 245.

“objetividade” que possibilite uma perspectiva comparativa em relação às outras culturas e sociedades. Universidades como a de Badras e a Biblioteca de Alexandria são “esquecidas” em suas participações fundamentais na transmissão de conhecimentos clássicos, assim como nos estudos da área do direito, da filosofia e da medicina, isso em uma moldura temporal anterior à Bolonha. A convivência entre árabes, judeus e cristãos na Espanha moura de Córdoba e Toledo e a não existência de uma religião hegemônica na China, permitindo concepções como as de Confúcio, exemplificam o humanismo de outras culturas, antes da renascença italiana.

Goody também aborda a reivindicação européia para a autoria de algumas emoções. A “sétima arte” reforçaria a tendência acadêmica de uma distinção européia ocidental para a “origem” de alguns sentimentos, tais como *l’amour romantique* dos trovadores medievais. Sublinha-se a influência linguística da Espanha islâmica no francês provençal e que, já na China e na Índia, em séculos anteriores, o amor não tinha a conotação do pecado cristão, permitindo a elaboração de obras literárias com um conteúdo de celebração ou educação sexual. No Magreb ou nas *highlands*, em uma perspectiva de longo prazo, havia uma alternância da ênfase em aspectos religiosos e seculares, variando entre um puritanismo ou secularismo amoroso. Por outro lado, na Europa do século XVIII, não havia a *liberdade* de uma escolha *individual* de parceiros entre as famílias proprietárias.

O excelente livro, aqui comentado em seus contornos gerais, é indicado para todos aqueles que anseiam por uma maior flexibilidade metodológica nas ciências sociais e contribui para o entendimento mais plural e tolerante do nosso próprio tempo. Ele é fundamental para que os historiadores percebam que os espelhos não só refletem, mas também refratam o outro que paralelamente caminha na nossa história. Desse modo, comparar possibilitaria a construção de um conhecimento histórico que tente evitar falácias e preconceitos, mais do que procurar justificativas para explicá-lo, quando, por exemplo, se pensa sobre a aplicação de conceitos, tais como a Antiguidade e o Feudalismo, em qualquer contexto temporal ou espacial. Nesse aspecto, Goody cita autores contemporâneos como Mark Elvin, Felipe Fernandez-Armesto e Kenneth Pomenraz; e realça o que ele próprio afirmou em uma entrevista a Maria Lúcia Garcia



Pallares-Burke<sup>1</sup>: “o fato é que nem os indivíduos nem as sociedades estão trancados em si mesmos”.

Goody questiona de maneira clara, objetiva e, tremendamente, crítica “[...] uma perspectiva concentrada exclusivamente na experiência européia. É essa concentração, perpetrada por acadêmicos e pelo seu público em geral, que tem levado ao roubo da história [...]”<sup>2</sup>. Portanto, observamos um autor que centra sua obra e suas argumentações em um pensar leal a uma historiografia que procure evitar uma perspectiva insular e comparar as semelhanças e diferenças existentes nas várias faces que a nossa humanidade possui, bem como “olhe” em uma perspectiva que evite o estereótipo ou a imposição de um modelo ao “outro”, que também é um ator na grandeza das idéias humanas.

**Recebido em: 15/10/2011**

**Aceito em: 20/12/2011**

---

<sup>1</sup>PALLARES-BURKE, Maria Lucia Garcia. *As muitas faces da história. Nove entrevistas*. São Paulo: Editora UNESP, 2000, pg 54.

<sup>2</sup> Ibidem, pg. 344.

\*Agradeço a confiança e o apoio do Professor Doutor Artur Assis neste trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOODY, Jack. *O Roubo da História*. São Paulo: Contexto, 2008.

DARNTON, Robert. “A unidade da Europa: cultura e civilidade” in “Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII”. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, pg. 91.

HOBBSAWM, Eric. “A curiosa história da Europa”, in “Sobre História”. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 238.

MOMIGLIANO, Arnaldo. “El tiempo em la Historiografia Antigua” in “Ensayos de Historiografia Antigua y Moderna”. Fondo de Cultura Econômica: Cidade do México, 1997, pg. 171-174.

PALLARES-BURKE, Maria Lucia Garcia. “As muitas faces da história. Nove entrevistas”. São Paulo: Editora UNESP, 2000, pg 54.

PASSERINI, Luisa. “Il mito d’Europa: radici antiche per nuovi simboli”. Giunti Gruppo Editoriale: Florença, 2006, pg. ii.